



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 325, DE 2018 **(Do Sr. Vitor Paulo e outros)**

Recurso contra apreciação conclusiva do PL 9.044/2017

DESPACHO:
SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo-assinados, com amparo no art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal combinado com os arts. 58, § 1º e 132, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do PL nº 9.044 de 2017, que “Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona”.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2018

Deputado Vitor Paulo
PRB/DF

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Conferência de Assinaturas
(Ordem alfabética)

Página: 1 de 2

Proposição: REC 0325/2018

Autor da Proposição: VITOR PAULO E OUTROS

Data de Apresentação: 08/11/2018

Ementa: Recurso contra apreciação conclusiva do PL 9.044/2017.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	057
Não Conferem	011
Fora do Exercício	000
Repetidas	004
Ilegíveis	001
Retiradas	000
Total	073

Confirmadas

1	ALEXANDRE VALLE	PR	RJ
2	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
3	ALIEL MACHADO	PSB	PR
4	ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
5	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
6	ÁTILA LINS	PP	AM
7	ÁTILA LIRA	PSB	PI
8	BENITO GAMA	PTB	BA
9	BETINHO GOMES	PSDB	PE
10	BRUNA FURLAN	PSDB	SP
11	BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
12	CABO DACIOLO	PATRI	RJ
13	CHICO LOPES	PCdoB	CE
14	CLEBER VERDE	PRB	MA
15	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
16	DARCÍSIO PERONDI	MDB	RS
17	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
18	EDUARDO CURY	PSDB	SP
19	ERON BEZERRA	PCdoB	AM
20	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
21	GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
22	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
23	HERÁCLITO FORTES	DEM	PI
24	IZALCI LUCAS	PSDB	DF

Conferência de Assinaturas (Ordem alfabética)	Página: 2 de 2
--	----------------

25	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP
26	JÔ MORAES	PCdoB	MG
27	JONY MARCOS	PRB	SE
28	LINDOMAR GARÇON	PRB	RO
29	LOBBE NETO	PSDB	SP
30	MACEDO	PP	CE
31	MARA GABRILLI	PSDB	SP
32	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
33	MÁRCIO MARINHO	PRB	BA
34	MARCO ANTÔNIO CABRAL	MDB	RJ
35	MARCO TEBALDI	PSDB	SC
36	MARCOS ROGÉRIO	DEM	RO
37	MARIA HELENA	MDB	RR
38	MIGUEL HADDAD	PSDB	SP
39	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
40	NILSON PINTO	PSDB	PA
41	ORLANDO SILVA	PCdoB	SP
42	PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM
43	ROBERTO ALVES	PRB	SP
44	ROBERTO GÔES	PDT	AP
45	ROCHA	PSDB	AC
46	ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN
47	RONALDO MARTINS	PRB	CE
48	ROSANGELA GOMES	PRB	RJ
49	RUBENS BUENO	PPS	PR
50	RUBENS PEREIRA JÚNIOR	PCdoB	MA
51	SÁGUAS MORAES	PT	MT
52	SILAS CÂMARA	PRB	AM
53	SILVIO TORRES	PSDB	SP
54	THIAGO PEIXOTO	PSD	GO
55	TIA ERON	PRB	BA
56	VITOR LIPPI	PSDB	SP
57	VITOR PAULO	PRB	DF

PROJETO DE LEI N.º 9.044-C, DE 2017

(Do Sr. Evair Vieira de Melo e outros)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (relator: DEP. COVATTI FILHO); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (relator: DEP. CELSO MALDANER); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. DANIEL VILELA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 74 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescida do parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 74

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicadas quando se tratar da importação de leite in natura, leite em pó e soro do leite em pó. (NR).”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A legislação brasileira é, de certa forma complexa e rigorosa no que tange à proteção do meio ambiente. Trata-se de um aspecto enfaticamente destacado na Constituição Federal e regulamentado por várias normas legais que, entre outros aspectos, dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 1981); agrotóxicos e afins (Lei nº 7.802, de 1989); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 1997); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985, de 2000); proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 2006); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010); ou proteção da vegetação nativa (Lei nº 12.651, de 2012).

Ao adotar legislação tão detalhada e rigorosa, o Brasil ocupa posição de destaque no cenário internacional, sob a ótica da proteção ambiental, o que é altamente meritório, mas ao mesmo tempo submete seus agentes econômicos a condições que podem tornar-se desvantajosas frente aos concorrentes, em termos de custo de produção e competitividade. Commodities agrícolas têm papel de destaque em nossas exportações, mas com frequência o produtor brasileiro encontra-se em condição desigual em relação àqueles que têm seus empreendimentos sediados em países que estabelecem menores exigências relativas à manutenção de reservas legais de vegetação nativa, irrigação de lavouras, uso de agroquímicos, logística reversa de embalagens, entre outros aspectos.

O art. 74 da Lei nº 12.651, de 2012, encerra uma cláusula importante no sentido da promoção de isonomia ou da busca de equilíbrio no âmbito do comércio internacional: autoriza-se a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira. Conquanto exista tal previsão legal, o País ainda não auferiu resultados efetivos decorrentes do emprego desse instrumento, quiçá por seu caráter autorizativo.

Com o objetivo de dotar esse relevante instrumento de maior efetividade, proponho estabelecer o caráter obrigatório das medidas restritivas quando se tratar da importação de leite in natura, leite em pó e soro de leite em pó, produzido em países que não observem normas ou padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira. O leite é um dos produtos de maior destaque em nosso país e, na atual conjuntura no comércio internacional, extremamente sensível a medidas dessa natureza.

Estou certo de que a adoção da medida ora proposta poderá trazer significativa contribuição, tanto à proteção do meio ambiente em nível planetário, quanto ao equilíbrio no comércio internacional de produtos agrícolas. Motivo pelo qual espero contar com o apoio de meus ilustres pares neste parlamento para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2017.

EVAIR VIEIRA DE MELO
Deputado Federal – PV/ES

SÉRGIO SOUZA
Deputado Federal – PMDB/PR

ZÉ SILVA
Deputado Federal – SD/MG

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 9.044, de 2012, é de autoria do nobre Deputado Evair Vieira de Melo, juntamente com os nobres parlamentares Sérgio Souza e Zé Silva. Pretendem os autores alterar a lei nº 12.651, de 2012. Mais especificamente, têm a intenção de acrescentar um parágrafo único ao art. 74 da mencionada norma.

A Lei nº 12.651, de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Seu art. 74 autoriza a Câmara de Comércio Exterior - Camex a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira.

Caso aprovada a proposição em debate, a esse art. 74 será acrescentado um parágrafo único, dizendo que as medidas previstas no *caput* desse artigo “serão obrigatoriamente aplicadas quando se tratar da importação de leite *in natura*, de leite em pó e de soro do leite em pó”.

A Mesa determinou a distribuição da presente matéria às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (mérito), de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito) e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última nos termos do art. 54 do RICD. A matéria tramita em regime ordinário, e será apreciada pelas Comissões em caráter conclusivo.

Na presente Comissão, tive a honra de ser designado Relator, sendo que no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Em sua justifica, os autores argumentam que o caráter autorizativo dado à Camex, conforme o art. 74 da Lei nº 12.651, de 2012, faz com que o Brasil ainda não tenha auferido benefícios decorrentes da aplicação das medidas restritivas previstas. Assim, propõem que, quando se tratar da importação de leite *in natura*, de leite em pó e de soro de leite em pó, oriundos de países cujas normas de proteção ao meio ambiente não sejam compatíveis com as vigentes em nosso país, a aplicação das restrições seja mandatória.

Caso aprovada a proposição, estes produtos, fruto do trabalho árduo de tantos milhares de brasileiros, terão proteção mais bem definida, e sua importação apenas poderá ocorrer daqueles países ainda mais rigorosos que o próprio Brasil, no tocante à proteção ambiental. Estes milhares, senão milhões de produtores brasileiros não ficarão na incerteza sobre o volume a ser importado a cada ano, afetando sobremaneira os resultados da sua atividade econômica.

Além disso, dado que o Brasil já se tornou exemplo internacional no tocante à proteção da natureza, esse grande feito da nossa pátria não poderá ser usado, por nossos concorrentes, como motivo para nos enviar produtos obtidos sem os devidos cuidados com a natureza.

Há ainda outras razões para se aprovar a medida proposta. Entre elas, o fato de que devemos incentivar, tanto quanto possível, a ampliação das normas que garantem a efetiva proteção ao meio ambiente; afinal, é dele que dependemos para sobreviver, é dos serviços ecossistêmicos que decorre a produtividade da nossa agropecuária e descuidar da proteção à permanência do equilíbrio ecológico é descuidar da própria sobrevivência humana.

Assim, pelas razões apresentadas, **SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 9.044, DE 2017.**

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 2017.

Deputado **COVATTI FILHO**

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 9.044/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Covatti Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Lucas Vergilio - Presidente, Vinicius Carvalho - Vice-Presidente, Augusto Coutinho, Cesar Souza, Helder Salomão, José Fogaça, Walter Ihoshi, Zé Augusto Nalin, Benjamin Maranhão, Conceição Sampaio, Covatti Filho, Goulart, Herculano Passos, Joaquim Passarinho e Vitor Lippi.

Sala da Comissão, em 19 de dezembro de 2017.

Deputado **LUCAS VERGILIO**

Presidente

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

I - RELATÓRIO

Por intermédio da presente proposição, o Deputado EVAIR DE MELO e os Deputados SERGIO SOUZA e ZÉ SILVA intentam acrescentar o parágrafo único ao art. 74, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a

obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações de leite *in natura*, leite em pó e soro de leite em pó, oriundas de países que não observem regras de proteção ambiental similares às do Brasil.

O art.74 da supracitada legislação estabelece que a Câmara do Comércio Exterior - Camex é autorizada a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os estabelecidos pela legislação brasileira.

Em sua justificação, os autores salientam: “Conquanto exista tal previsão legal, o País ainda não auferiu resultados efetivos decorrentes do emprego desse instrumento, quicá por seu caráter autorizativo”.

A proposição foi distribuída para apreciação das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e de Justiça e de Cidadania. A matéria tramita em regime ordinário e será apreciada pelas Comissões em caráter conclusivo.

O primeiro desses órgãos técnicos aprovou o projeto de lei, nos termos do parecer do relator.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com o escopo de dar maior efetividade ao que dispõe o art. 74 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, os autores propõem “estabelecer o caráter obrigatório das medidas restritivas quando se tratar da importação de leite *in natura*, leite em pó e soro do leite em pó, produzidos em países que não observem normas ou padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os estabelecidos pela legislação brasileira. O leite é um dos produtos de mais destaque em nosso país e, na atual conjuntura no comércio internacional, estritamente sensível a medidas dessa natureza”.

O Brasil dispõe de uma legislação rigorosa no que se refere à proteção do meio ambiente, o que se nos afigura de grande valor. Entretanto, “ao mesmo tempo submete seus agentes econômicos a condições que podem tornar-se desvantajosas frente aos concorrentes, em termos de custo produção e competitividade”.

Na verdade, as leis que tratam do meio ambiente em nosso país estão entre os mais completas e avançadas do mundo. Todas as ações e atividades que são consideradas crimes ambientais podem ser punidas com multas, que chegam a alcançar R\$ 50 milhões. A estrutura da legislação ambiental começou a ser implementada a partir de 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente, que dispõe de uma série de instrumentos para o planejamento, a gestão ambiental e a fiscalização.

Recente estudo da pesquisadora Joana Chiavari, da PUC- RIO,

compara a legislação ambiental do Brasil com a de outros seis países, a saber: Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, China e Argentina.

A especialista analisou dois instrumentos, que são as Áreas de Preservação Permanente- APP e a Reserva Legal. No que se refere ao primeiro, identificou que no Brasil a APP nas margens de rios varia entre 5 a 500 metros. Nos demais países estudados, essa regra, que pode ser de nível federal ou estadual, varia. A província de Quebec, no Canadá, por exemplo, vai de 10 a 15 metros. Nos Estados Unidos, a média é de 15 a 25 metros, sendo que essa metragem é voluntária. Na França e Alemanha, a legislação exige 5 metros.

No que tange à vegetação, o estudo identificou que o Brasil é mais rígido no que se refere à vegetação nativa. Somente na Alemanha há uma regra parecida, mas a recomendação é para o uso dessa vegetação na medida do possível. Nos outros países estudados, gramíneas e arbustos podem ser utilizados.

A respeito das reservas legais, a pesquisadora verificou que os outros países usam outros instrumentos para atingir o objetivo de conservação da biodiversidade e que o nosso país é o único que exige que todas as propriedades privadas reservem percentual de sua área para proteção ambiental. Portanto, pode-se concluir que essas regras mais rigorosas no Brasil representam mais custos.

Importante salientar que em 2017 o Brasil importou 1.257 milhões de litros, em equivalente leite, sendo um volume menor do que as excepcionais importações de 2016, de 1.845 milhões de litros. Entretanto, mesmo assim, 2017 teve a segunda maior compra de lácteos, desde o ano de 2001, com o volume importado equivalente a 5,2% do leite adquirido pelas indústrias naquele ano. O produto mais importado foi o leite em pó, seguido pelos queijos. O leite em pó representou 61% dos gastos com as importações e os queijos 26%. As importações em 2017 ficaram concentradas na Argentina e Uruguai (39,7% e 48,7%, respectivamente, em volume). O Brasil importa também da União Europeia, Estados Unidos, Nova Zelândia e outros.

Sabemos que os produtores brasileiros pagam, em média, 86% a mais por insumos agrícolas que seus parceiros do Mercosul, segundo estudo realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), em parceria com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Daí a importância da proposição analisada, vez que “poderá trazer significativa contribuição tanto à proteção do meio ambiente em nível planetário, quanto ao equilíbrio do comércio internacional de produtos agrícolas.”

Diante do exposto, pela importância e oportunidade da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.044, de 2017.

Sala da Comissão, em 15 de junho de 2018.

Deputado CELSO MALDANER

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 9.044/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Celso Maldaner.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Roberto Balestra - Presidente, Evair Vieira de Melo e Afonso Hamm - Vice-Presidentes, Alberto Fraga, Assis do Couto, Carlos Henrique Gaguim, Celso Maldaner, Giovani Cherini, Heitor Schuch, Heuler Cruvinel, Irajá Abreu, Jerônimo Goergen, Junji Abe, Lázaro Botelho, Luis Carlos Heinze, Luiz Cláudio, Luiz Nishimori, Marcon, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinhold Stephanes, Tereza Cristina, Valdir Colatto, Valmir Assunção, Zé Carlos, Carlos Melles, César Halum, Christiane de Souza Yared, Conceição Sampaio, Diego Garcia, Evandro Roman, Júlio Cesar, Luciano Ducci, Magda Mofatto, Mário Heringer, Miguel Lombardi, Nelson Markezelli, Newton Cardoso Jr, Professor Victório Galli, Remídio Monai, Ronaldo Benedet e Walter Alves.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2018.

Deputado ROBERTO BALESTRA
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria dos Deputados EVAIR DE MELO, SERGIO SOUZA e ZÉ SILVA, tem por objetivo acrescentar o parágrafo único ao art. 74, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.”

O atual Art. 74 da legislação a ser alterada já estabelece como competência da Câmara do Comércio Exterior – Camex adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países

que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os estabelecidos pela legislação brasileira. As restrições a serem estabelecidos têm a finalidade de dar maior igualdade entre produtores brasileiros e estrangeiros, visando, em última instância, atender o princípio da reciprocidade.

No entanto, tais restrições são estabelecidas, em geral, em caráter meramente autorizativo e não obrigatório. Ocorre que, como ressaltado pelos autores, o leite é “um dos produtos de mais destaque em nosso país e, na atual conjuntura no comércio internacional, estritamente sensível a medidas dessa natureza”.

A mudança sugerida pelos autores estabelece que a adoção de medidas de restrição às importações de leite *in natura*, leite em pó e soro de leite em pó, oriundas de países que não observem regras de proteção ambiental similares às do Brasil, serão obrigatórias. Portanto, terá “o objetivo de dotar esse relevante instrumento de maior efetividade...”, dizem os autores.

A proposição foi distribuída para apreciação das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); e desta Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria tramita em regime ordinário e será apreciada pelas Comissões em caráter conclusivo.

Os dois primeiros órgãos técnicos aprovaram o projeto de lei, nos termos do parecer do relator.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 54, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 9.044, de 2017.

No que tange à constitucionalidade, não existem óbices à livre tramitação da proposição nesta Casa, visto que compete à União legislar, nos termos do inciso VIII, do Art. 22 da Constituição Federal, sobre “comércio exterior e

interestadual”. Não há nenhuma inconstitucionalidade formal ou material na tramitação da matéria.

Sob o prisma da juridicidade, não há, de igual modo, nenhuma ofensa às normas que regem o ordenamento jurídico vigente.

Por fim, quanto à técnica legislativa, verificamos que as proposições estão conforme a Lei Complementar nº 95 e, portanto, atendem à adequada técnica legislativa.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 9.044, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado DANIEL VILELA

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 9.044/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Daniel Vilela.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Daniel Vilela - Presidente, Hildo Rocha - Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Betinho Gomes, Chico Alencar, Covatti Filho, Danilo Forte, Delegado Edson Moreira, Evandro Roman, Fábio Sousa, Fábio Trad, Félix Mendonça Júnior, Herculano Passos, João Campos, Jorginho Mello, José Mentor, Júlio Delgado, Jutahy Junior, Marcelo Delaroli, Maria do Rosário, Nelson Pellegrino, Patrus Ananias, Paulo Magalhães, Paulo Teixeira, Pr. Marco Feliciano, Rocha, Rodrigo Pacheco, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Silvio Torres, Subtenente Gonzaga, Aliel Machado, Celso Maldaner, Celso Russomanno, Edmar Arruda, Elizeu Dionizio, Gilberto Nascimento, Jerônimo Goergen, João Gualberto, Lincoln Portela, Lucas Vergilio, Luiz Couto, Nelson

Marquezelli, Pastor Eurico, Pauderney Avelino, Reginaldo Lopes, Ricardo Izar, Samuel Moreira, Sandro Alex, Sergio Souza e Zeca Dirceu.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2018.

Deputado RUBENS BUENO
Presidente em exercício

FIM DO DOCUMENTO
